



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
“Educação e Contemporaneidade” 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



O Conceito de Cultura e os Alunos Afro-brasileiros: um olhar sobre a implantação do Programa Mais Cultura nas Escolas

Adilsomar de Oliveira Leite[I]

Eixo 2. Educação, Intervenções Sociais e Políticas Afirmativas.

Resumo

Este trabalho apresenta reflexões em relação à implantação do Programa Mais Cultura nas Escolas (intrinsecamente ligado ao Programa Mais Educação), buscando compreender as práticas de letramento que devem ser vivenciadas pelos sujeitos subjugados participantes dessas iniciativas educacionais. Baseando-se em teóricos como Williams (1992), Kleiman (2005) e Laraia (2013), entre outros, a proposta subdivide-se em duas principais etapas, a saber: apresentação da configuração do Programa Mais Cultura nas Escolas e as implicações a serem observadas com maior cuidado, no sentido de evidenciar se as propostas do Programa colocam em voga as práticas culturais vivenciadas pelos sujeitos participantes, sobretudo os afro-brasileiros. O objetivo é chamar a atenção para que as atividades desenvolvidas na iniciativa não sejam apenas focadas na reprodução da cultura eurocêntrica, antes, que coloquem em evidência, sobretudo, elementos da cultura afro-brasileira. Assim, o trabalho evidencia o conceito de cultura e o que o Programa se propõe a fazer, sendo que ainda não há resultados, em face da muito recente implantação em escolas brasileiras, fator que impossibilita aferir respostas conclusivas in locus.

Palavras-chave: Programa Mais Cultura nas Escolas. Cultura Afro-Brasileira. Políticas Educacionais.

Abstract

This paper presents reflections on the implementation of the governmental More Culture in Schools Program, which is intrinsically linked to the More Education Program. It seeks to understand the literacy practices that should be experienced by the subjects participating in these educational initiatives. It relies on scholars such as Williams (1992), Kleiman (2005) and Laraia (2013), among others. Its proposal is divided into two main steps: (a) the presentation of the setup of the More Culture in Schools Program and (b) its implications, which should be observed more carefully, in order to verify if the proposed program emphasizes the cultural practices experienced by the participating subjects, especially the African-Brazilian students. The goal is to prevent that the activities in the initiative may be focused exclusively on reproduction of Eurocentric culture, when they should focus on the elements of African-Brazilian culture. Thus, the work highlights the concept of culture and what the program offers. It is not yet possible to analyze results in loco because the program has just been deployed in Brazilian schools. Therefore, this

study could not assess in loco conclusive answers.

Keywords: More Culture in Schools Program. African-Brazilian Culture. Educational Policy.

1 Considerações Iniciais

[...] o multiculturalismo nos faz lembrar que a igualdade não pode ser obtida simplesmente através da igualdade de acesso ao currículo hegemônico existente [...] (SILVA, 2009, p. 90).

Em meio aos desafios da implantação e continuação do Programa Mais Educação[1], tais como a liberação de professor para coordenação do programa na escola até o servir almoço sem refeitório (SANTOS; VIEIRA, 2012), surge mais uma faceta dessa proposta: o Programa Mais Cultura na Escola, amplamente discutido na 40ª videoconferência do Programa Mais Educação, em 14 de junho de 2013. Trata-se de uma parceria do Ministério da Cultura e da Educação, sendo um de seus objetivos maiores proporcionar o encontro de iniciativas culturais nas escolas públicas de todo o território brasileiro.

Neste artigo, nossos principais focos são explicar brevemente a configuração de tal Programa e discutir a atenção didático-pedagógica que se deve ter em relação às atividades a serem desenvolvidas na escola tendo por base os princípios de tal iniciativa. Mais especificamente, busca-se refletir sobre de que forma as atividades a serem desenvolvidas poderão levar em consideração a cultura do aluno negro, bem como colocar em voga as atividades culturais desenvolvidas pelos próprios sujeitos sócio-historicamente subjugados, tais como cantores, compositores, pintores, escritores, cineastas e tantos outros artistas que por muito tempo ficaram à margem da sociedade, em oposição à cultura eurocêntrica tradicionalmente ensinada nas escolas.

2 O Conceito de Cultura e suas implicações na sala de aula

Antes de tratar do Programa Mais Cultura nas Escolas, é preciso compreender o conceito de cultura e, mais ainda, tomar cuidado para não cair na armadilha de reproduzir única e exclusivamente as atividades, o legado, ou os traços eurocêntricos tradicionais como uma forma "legitimada" de fazer com que os educandos "criem" o gosto por uma determinada atividade cultural. Primeiramente, devemos tomar consciência de que a cultura é ordinária (WILLIAMS, 1992), porque se encontra em todas as sociedades e influencia os modos de pensar das pessoas. Sendo assim, seria mais do que justo que, ao se pensar em um programa cuja meta fosse trazer o trabalho com atividades culturais para a sala de aula, tudo que faz parte do contexto da sociedade deveria ser levado em consideração.

Dessa maneira, não se pode pensar em reproduções evasivas, ou seja, que enfoquem aquilo que não faz parte do modo de ser e conceber o mundo do ponto de vista do próprio educando como uma tentativa de fazer com que ele goste de desenvolver uma atividade artística ou cultural. É necessário levar em consideração as vivências, os aspectos étnicos e as riquíssimas atividades culturais que já são trabalhadas na comunidade em que ele vive, mas que muitas vezes não encontram espaços para serem visibilizadas dentro das paredes das escolas, muito menos pela sociedade como um todo.

O importante, na verdade, deve ser oportunizar o educando a ter conhecimento dos autores que fazem parte da sua realidade social, mas que vivem no anonimato. Não queremos dizer com isso que ele não deve ter acesso, por exemplo, às pinturas sacras do período barroco ou às contribuições históricas e culturais de outros povos. Enquanto maneira de se conhecer o passado e ter acesso ao modo de pensar de outras culturas, certamente é algo enriquecedor, mas como forma de reconhecimento e afirmação da

identidade do outro, em quase nada contribui. O nosso diálogo, portanto, caminha no sentido de não haver uma depreciação ou até mesmo uma camuflagem da cultura afro-brasileira no Programa Mais Cultura nas Escolas.

Pensando um pouco no conceito de cultura e na etimologia da palavra, Laraia (2013, p.25) traz a seguinte definição:

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture*, que “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma só sociedade”.

Sendo assim, pensar em desenvolver atividades culturais no seio da escola é pensar no modo de vida dos brasileiros, é se desprender das caricaturas muitas vezes impregnadas nos programas televisivos e olhar para as condições de vida comuns de uma dada comunidade. O Programa Mais Cultura nas Escolas deve colocar em evidência todas as manifestações culturais que, por diversas questões, não têm sido visibilizadas, principalmente a cultura afro-brasileira. É importante, neste sentido, construir parcerias com entidades culturais que possam veicular no interior da escola não apenas a capoeira (como tem sido comumente observado no Programa Mais Educação), mas também outros elementos da cultura africana, como os sons, a pintura, a literatura e tantas outras manifestações artísticas que fazem parte do contexto da comunidade afro-brasileira, e isso especialmente enquanto reflexo daquelas comunidades onde a escola está inserida.

Assim, a diversidade cultural não pode ser limitada àquilo que julgamos necessário para a formação e/ou conhecimento do educando. É preciso entender que conhecimento e cultura perpassam por caminhos distintos. O primeiro tem muito a ver com o que julgamos importante para a formação e para a vida do cidadão, e está intrinsecamente ligado a questões muitas vezes mercadológicas ou de necessidade básica para perpetuação e manutenção da existência de modo geral. O segundo caso é completamente diferente, no qual se faz necessário compreender que todos já são parte de uma dada cultura e que, no que diz respeito às atividades culturais, deve-se levar em consideração *a priori* o que efetivamente já faz parte daquela sociedade.

Portanto, o Programa Mais Cultura nas Escolas deve levar em consideração que o espaço escolar, nos últimos anos, tem passado por várias transformações. Isto porque aquela ideia de que este era associado apenas ao local onde o aluno aprendia a contemplar a cultura de outros povos como forma de se tornar uma pessoa dotada de amplos conhecimentos já não combina mais com os novos rumos que diversos teóricos vêm tentando discutir visando a mudar a realidade da educação. Ou seja, embora ainda persista mantendo algumas problemáticas, a educação vem procurando nas décadas mais recentes formas de permitir ao educando o acesso às novas abordagens epistemológicas de modo a inseri-lo em um ambiente cada vez mais letrado, tomando consciência das representações sociais que o circundam.

Para Kleiman (2005, p. 206):

O conceito de representação social, originalmente criado por Durkheim, elaborado teoricamente, na década de 1960, por Moscovici, na perspectiva da Psicologia Social, e, nos últimos 15 anos, pela sociologia [...] e pela Linguística Aplicada [...], é um constructo sociocognitivo que visa explicar as relações sociais e as identidades construídas na mediação entre o pensamento e o mundo nos/pelos usos da linguagem.

É exatamente este conceito, do ponto de vista dos estudos culturais, que faz com que desloquemos o

nosso olhar para o espaço escolar no sentido de visibilizar os mais variados conflitos, as mais diversas representações anônimas às quais os alunos dão significado, por meio da linguagem (FOUCAULT, 1999), ao longo da sua experiência e dos trabalhos coletivos vivenciados fora e dentro do ambiente escolar.

Dessa forma, se o conceito de cultura pressupõe coletividade, e se a escola é um espaço de compartilhamento das coisas que acontecem fora dela, podemos então depreender que a escola é o ambiente em que a *estrutura de sentimento*[2] encontra-se impregnada. Ou seja, é na escola que as ideias são repensadas e refletidas e é a partir dela que o sujeito passa a ter um olhar mais aguçado sobre as coisas do mundo. Logo, é dentro desse espaço coletivo, mas ao mesmo tempo de sujeitos heterogêneos e de conceitos e assuntos variados, que a cultura se configura, que a crítica cultural se faz presente, e a que os programas governamentais, como o Mais Cultura nas Escolas, devem estar atentos. Pensar na cultura, nessa perspectiva, portanto, além de dar voz aos artistas que vivem à margem da nossa sociedade, é também permitir que os nossos educandos possam ter acesso às mais diversas representações artísticas e culturais como forma de reconhecimento de sua própria identidade enquanto sujeitos pertencentes a um determinado grupo étnico e/ou social.

3 A Configuração do Programa Mais Cultura

O Programa Mais Cultura nas Escolas é uma iniciativa brasileira interministerial, construída com a parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura. Ele foi apresentado por Jaqueline Moll - Diretora de Currículo e Educação Integral do Ministério da Educação, tendo sido convidados membros dos Ministérios da Cultura e Educação. O desenrolar do Programa foi exibido pelo portal do Ministério da Educação, na 40ª videoconferência do Programa Mais Educação/Mais Cultura, no dia 14 de junho de 2013, embora a sua resolução tenha sido relativo ao ano de 2012. Segundo o Ministério da Cultura (BRASIL, 2013), o programa tem como objetivo "incentivar o encontro entre experiências culturais e artísticas em curso nas comunidades locais e o projeto pedagógico de escolas públicas, ativas nos Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador em 2012".

Como se pode observar, o Programa Mais Cultura nas Escolas está estreitamente ligado ao Mais Educação, pois um dos pré-requisitos para que aquele seja implantado é que a escola já tenha o Programa Mais Educação. Mas isso não significa dizer que ambos os programas não tenham seus pontos de divergências e convergências. Segundo as informações oficiais (BRASIL, 2013), as semelhanças e diferenças são as seguintes:

O Programa Mais Educação (MEC) fez crescer o número de escolas com jornada ampliada e diversificada. Estudantes das escolas públicas participantes desse Programa participam de atividades regulares, complementares ao horário das aulas, ligadas às mais diversas áreas, dos esportes às artes, incluindo cidadania e direitos humanos.

O Programa Mais Cultura nas Escolas (MEC/Minc) é incentivo à autoria compartilhada de projetos para ampliação e entrecruzamento da jornada escolar, visando qualificar o ensino e o aprendizado nas escolas públicas. Seu desenho é aberto, não havendo definição prévia dos conteúdos, abordagens, metodologias ou determinações de usos pré-fixados para os recursos. A única condição preestabelecida é o diálogo com um ou mais eixos temáticos propostos pelo programa.

As atividades do Programa Mais Cultura não precisam acontecer necessariamente nos cinco dias da semana e em horário complementar ao das aulas, como no Mais Educação (MinC/MEC). Podem cruzar-se com as aulas regulares e/ou acontecer aos finais de semana, por exemplo. Essa definição depende dos objetivos e particularidades do Plano de Atividade construído e desenvolvido pela escola e pela iniciativa cultural parceira.

Portanto, enquanto os participantes do Programa Mais Educação realizam atividades regulares complementares ao horário das aulas (ou seja, atividades em turno oposto ao do currículo regular em todos os dias letivos da escola), os do Mais Cultura nas Escolas entrecruzam as suas atividades, ora em momentos de aulas regulares, ora nos finais de semana. Observamos, dessa forma, que é preciso tomar cuidado para que tal mobilidade em desenvolver atividades nos finais de semana não se configure em um caráter de “curso” para o programa. A nossa preocupação, nesse sentido, é a de que, no momento de adoção desses projetos, eles não sejam eminentemente entregues como um pacote pronto e acabado, isto é, que não levem em consideração os anseios dos educandos ou que se pareça como módulos de cursos práticos. É preciso que eles sejam a todo instante reconfigurados e adequados à realidade dos participantes sem que haja uma conotação sistemática de etapas nas quais o aluno pode estar apto ou não a participar dela.

4 A Lei nº 10.693 e as Políticas Educacionais de reparação

A inclusão das questões afro-brasileiras no ambiente escolar e a promoção e difusão da cultura africana têm sido temas recorrente em alguns programas governamentais. Uma prova disso é o recente Programa Mais Cultura nas Escolas, que deve ser efetivamente implantado nas escolas brasileiras em 2014, e traz como um dos nove eixos temáticos a construção de projetos voltados para cultura afro-brasileira. O Ministério da Cultura enfatiza com clareza a importância dos eixos temáticos propostos no programa, enfocando o tema da diversidade:

Os eixos temáticos, reforçando a importância da diversidade, são abertos a todas as linguagens da arte (artes visuais, teatros, dança, audiovisual etc.) e manifestações da cultura (mitologia, culinária, moda, comunicação etc.) (BRASIL, 2013).

E é justamente nesse reforço sobre o assunto concernente à importância da diversidade que repousa uma questão primária a ser devidamente discutida. Antes disso, contudo, é bom lembrar que o Programa Mais Cultura nas Escolas está associado ao Programa Mais Educação, cujo principal critério de implantação é a seleção de escolas nas quais mais da metade dos alunos seja de famílias que recebam o benefício do Programa Bolsa Família. Percebe-se com isso que o Programa Mais Cultura nas Escolas tem como propósito a inclusão social, o que não significa dizer que o objetivo é único e exclusivamente o de colocar em evidência a cultura dos povos afro-brasileiros – algo claramente observado na leitura de seus nove eixos. Ou seja, o programa pretende proporcionar aos alunos de escolas públicas, e principalmente àqueles em franca vulnerabilidade social, o acesso a diversas manifestações culturais nos mais variados eixos. A diversidade, neste sentido, está provavelmente ligada à variedade de atividades.

Pois bem, a questão que se apresenta é a seguinte: até que ponto os Ministérios da Educação e da Cultura refletiram na diversidade, levando em consideração as inúmeras manifestações culturais dos afro-brasileiros, partindo do pressuposto de que boa parte dos alunos de família de baixa renda, sobretudo no estado da Bahia, faz parte dessa categoria. Dos nove eixos temáticos, apenas um deles trata da cultura afro-brasileira, e as descrições lá contidas não apresentam uma clara e contundente preocupação com a valorização do aluno negro. Vejamos o que trata o eixo temático da resolução nº 30 art. 4º, inciso VI do Ministério da Cultura:

VI. Cultura afro-brasileira: atividades de formação cultural e aprendizado que valorizam o conjunto de manifestações culturais que contenham elementos das culturas africanas e cultura afro-brasileira (música, dança, folclore, festas, culinária, linguagem, entre outros). (BRASIL, 2012)

Diante da leitura desse texto, a nossa grande preocupação se baseia na questão sobre de que ângulo e sobre quais perspectivas tal inciso foi pensado. Não queremos que o Programa Mais Cultura nas Escolas,

no que tange a este quesito, seja apenas uma forma de realizar algumas apresentações diante da comunidade (como culminância de um projeto dentro do espaço escolar, por exemplo) enquanto forma de dizer para os espectadores que isto ou aquilo um dia fez ou ainda faz parte da cultura afro-brasileira. É preciso pensar em atividades que valorizem verdadeiramente os sujeitos negros, com projetos cujas ações proporcionem aos alunos integrantes o acesso a bens e serviços fora do espaço escolar, e que a valorização não seja apenas por meio de aspectos pontuais isolados, como, por exemplo, a culinária e os tambores africanos, mas que as atividades culturais ganhem tal força a ponto de aumentar a autoestima de quem participa, dentro e fora do espaço escolar.

Pensado um pouco sobre a questão das políticas de inclusão social e de ações afirmativas, Moehlecke (2009, p. 480) chama a atenção para sua relevância com a seguinte reflexão:

Diferentemente das políticas de inclusão social, as chamadas políticas de ações afirmativas ou de discriminação positiva partem da compreensão de que a situação de pobreza e/ou desigualdade social em que se encontram determinados grupos sociais, como os negros, os índios e as mulheres, não pode ser atribuída apenas aos indivíduos isoladamente, e tampouco à exploração resultante do modo de produção capitalista. Considera-se que formas contemporâneas de discriminação, que veiculam imagens depreciativas de determinados grupos étnicos, raciais ou de gênero, também contribuem para as desigualdades de oportunidades no acesso a bens e serviços na sociedade.

Sendo assim, o Programa Mais Cultura nas Escolas não pode ser uma forma de reprodução e reforço da cultura eurocêntrica, em que, por exemplo, dá-se aos educandos a oportunidade de aprender música erudita, mas não lhes é oferecida a chance de ler as obras literárias de escritores que tratam de questões sobre africanidades. Ou então, proporcionar atividades de formação cultural em artes cênicas, com peças nas quais o personagem principal ou todos os personagens carregam traços eurocênicos, quase sempre com base em textos clássicos europeus. Se o projeto é configurado de uma forma que apenas se pense na acessibilidade a atividades culturais, certamente não haverá a devida reflexão sobre as questões afirmativas. Acessibilidade, portanto, não deve ser pensada apenas como uma forma de proporcionar ao aluno afro-brasileiro o direito de ter atividades extracurriculares, mas sim de ter acesso, nestas atividades, aos trabalhos artísticos de seu povo, oportunizando que eles não só façam uma análise reflexiva sobre a cultura e formação do povo brasileiro, mas, ao mesmo tempo, conduzindo-os ao seu próprio reconhecimento identitário.

5 Considerações Finais

Nos últimos anos, tem-se visto o crescimento significativo de políticas públicas educacionais que visam justamente a "inserir socialmente" a realidade dos mais variados grupos de povos constituídos por sujeitos subjugados. O tema diversidade tem sido uma tônica na implantação dos programas governamentais, e o número de escolas contempladas com tais programas tem crescido bastante. Os grupos étnicos e sociais têm sido associados a mais de um programa, porém, há casos em que para ser inserido em um segundo programa é necessário que já se esteja vinculado a outro, pré-requisito este exigido pelo Programa Mais Cultura nas Escolas, por exemplo, que só pode ser implantado em unidades educacionais que já tenham o Programa Mais Educação.

Entretanto, é preciso ter um olhar cuidadoso e aguçado sobre as políticas públicas educacionais de inclusão social, sobretudo aquelas que tratam de questões relacionadas à cultura afro-brasileira. Não podemos simplesmente imaginar que inserção do tema africanidades em um determinado programa governamental já é o suficiente para colocar em evidência a cultura negra ou até mesmo minimizar os conflitos relacionados à situação econômica ou de depreciação da identidade do povo afro-brasileiro.

É preciso que os programas sejam pensados sobre dois aspectos: o primeiro de fora para dentro: olhar a

realidade do outro e trazer as discussões para sala de aula no sentido de equacionar ou minimizar problemas a partir de uma sensibilidade de reflexão. O segundo é que as tomadas de decisões sejam verdadeiramente mudadas pelo lado de fora: o aluno negro deve se reconhecer no teatro, no cinema, nas propagandas em outdoors e em tantos outros contextos sociais. Dessa forma, os programas devem ser frutos de ação e reflexão que trabalhem a cultura afro-brasileira nos muros da escola e que ecoem de forma contínua fora deles.

Referências

BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003, Seção 1, p. 1.

_____. Ministério da Cultura. **Programa Mais Cultura nas Escolas**. Homepage. Brasília: MinC, 2013. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 30, de 3 de agosto de 2012**. Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes e sob a égide da Resolução nº 7, de 12 de abril de 2012, a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, que possuam alunos matriculados no ensino fundamental e médio registrados no censo escolar do ano anterior ao do atendimento, com vistas a assegurar a realização de atividades culturais, por intermédio do Mais Cultura nas Escolas, de forma a potencializar as ações dos Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2013.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KLEIMAN, ngela B. As Metáforas Conceituais na Educação Linguística do Professor: índices da transformação de saberes na interação. In: KLEIMAN, ngela B.; MATÊNCIO, Maria de Lourdes M. (Orgs.). **Letramento de Formação de Professor**: práticas discursivas, representações e construção do saber. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005. p. 203-228. (Coleção Ideias sobre Linguagem)

LARAIÁ, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 25. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MOEHLECKE, Sabrina. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.39, n. 137, p. 461-487, maio/ago. 2009 Disponível em: . Acesso em: 03 abr. 2013.

SANTOS, Claudia Cristina Pinto; VIEIRA, Roberto Castro. Reflexão sobre o Programa Mais Educação na rede estadual de ensino da Bahia (BA). In: MOLL, Jaqueline et al. **Caminho da Educação Integral no Brasil**: direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 336-344.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Atlântica, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

[I] Mestrando em Crítica Cultural, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Especialista em Política do Planejamento Pedagógico (UNEB) e em Língua Brasileira de Sinais (Faculdades Integradas de Jacarepaguá – FIJ). Professor da Educação Básica do Estado da Bahia. E-mail: adilsonleitte@hotmail.com.

[1] O Programa faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e prevê a ampliação do tempo

de permanência do aluno no ambiente escolar.

[2] Segundo o conceito de Williams (1992), a Estrutura de Sentimento é o espaço onde a cultura é construída. O local onde as possibilidades de produção da cultura são favorecidas. Ainda segundo o autor, o sentimento, por assim dizer, é o espaço interno, e a estrutura, o espaço externo.